

RESENHA

Uma antropologia da Polícia de Segurança Pública: etnografando uma esquadra de polícia

Marcos Silva¹

1. Doutor em Sociologia (UFC), professor adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV/UFC). MARKOS212003@YAHOO.COM.BR

DURÃO, Susana. Esquadra de Polícia. Fundação Francisco Manuel dos Santos: Lisboa, 2016.

Peguei-me, inocentemente, a revisitar no baú das lembranças, minha tese de doutoramento sobre a polícia¹, ao experimentar a leitura do mais recente livro da professora e pesquisadora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Susana Durão. **Esquadra de polícia** é um livro com uma extrema capacidade de síntese de um trabalho de pesquisa que durou aproximadamente 15 anos, sobre a polícia portuguesa.

Mergulhado em um cotidiano marcado pela imprevisibilidade do trabalho policial, Durão é capturada por uma dimensão do trabalho do campo, a etnografia, indiscutivelmente, essencial ao métier do pesquisador que, minimamente, deseja captar os elementos simbólicos das teias de sociabilidade, que são ajuizados como menores, escondidos, esquecidos ou silenciados por

1. SILVA, Marcos. **A inversão da ordem na vida policial**: sociabilidade prisional e práticas ilegais. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.

uma tradição de pesquisa social orientada pelas macro teorias, que pendula do positivismo ao marxismo e suas novas figurações. Essa opção pelo trabalho etnográfico de longa duração sobre a Polícia de Segurança Pública portuguesa garante uma leitura substancial de uma realidade institucional, tradicionalmente marcada pela antipatia à publicização de sua cultura: a polícia.

Como chama a atenção Rolim (2006), a Polícia é uma instituição complexa que acumula experiências e desenvolve uma cultura autônoma, carecendo e merecendo atenção constante da Seara das Ciências Sociais. Neste livro, seus dilemas e impasses institucionais, equacionados pela operação e aplicação das leis, são postos em terra firme sob a preciosa vigilância epistêmica da Antropologia, com sua capacidade analítica arregimentada pelos pressupostos da etnografia² enquanto concepção e prática.

No trabalho de Durão, o sensível e o indizível são potencializados em vistas das habilidades etnográficas traduzidas numa escrita carregada de sensibilidade expressada nas subjetividades capturadas pelas imagens de uma vida cotidiana em que as relações humanas são fermentos para pensar-se como se constrói as teias de estratégias e de táticas da instituição Polícia. Capitaneando os ditos e os feitos da vida de policiais em uma esquadra situada na capital do país, no bairro de Campo de Ourique, zona ocidental de Lisboa, a autora arrola questões fulcrais para se compreender o trabalho policial contemporâneo, suas implicações em um Estado Democrático e de Direitos, como Portugal.

Narrativas etnográficas de fazeres cotidiano do trabalho policial, são, aqui neste livro, fontes potencializadas de análise da vida social portuguesa, de suas instituições e das múltiplas formas de estruturação da sociedade lusitana atual. *A política da polícia* portuguesa, para fazer uma alusão ao trabalho de Renner (2004), emerge com precisão nos traçados etnográficos que a autora disponibiliza como ferramenta de leitura da realidade policial portuguesa: as falas, as ocorrências, as redes de relações, as amizades, as normas e regras, etc. Todo esse material etnográfico é a fonte em que Durão se sustenta para produzir

2. Assumo aqui a compreensão mais completa e atual da etnografia, pois, como define Guber (2001, p. 05), “es una concepción y práctica de conocimiento que busca comprender los fenómenos sociales desde la perspectiva de sus miembros (entendidos como “actores”, “agentes” o “sujetos sociales”).

uma reflexão profunda sobre a polícia portuguesa, sua instituição, seu valor histórico-social e sua importância para a formação da sociedade lusitana.

A antropóloga, ao conviver durante extensos anos de pesquisa com policiais, deixou-se ser afetada, aos princípios de Favret-Saada (1995), pela dinâmica do trabalho policial na Esquadra 24^a de Campo de Ourique em Lisboa, a fim de criar um dispositivo metodológico que a permitiu elaborar um conjunto de saberes sobre a Polícia de Segurança Pública-PSP. Ao compasso das trocas e das redes de sociabilidade instituídas a partir de sua presença constante na referida esquadra, em seus espaços físicos e simbólicos, a autora tem acesso a um vasto material etnográfico arrolado em entrevistas formais e informais, conversas, participação em reuniões e eventos, etc. Em face disso, a feitura do livro é carregada por uma potencialidade narrativa transfronteiriça: uma etnografia simpaticamente apimentada pelas essências literárias que tornam o texto saboroso em sua leitura.

A leitura, essencialmente dependente das formas de escritas da autora, aqui no livro de Durão, torna-se, capciosamente, sensível, palatável e enormemente aprazível em vista da disposição do texto. Uma escrita que se apoia nos caminhos etnográficos percorridos pela autora, e olhe não foram poucos, não privilegia os marcos cronológicos, mas sim tudo aquilo que foi captado pelas faculdades do espírito humano, o olhar, o ouvir e o escrever (OLIVEIRA, 2000), ao longo de mais de uma década de pesquisa. O que fundamenta o livro, diz a autora, “são as diversas pesquisas [que] foram suportadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia” (08) de seu país.

Ainda sobre a escrita e a leitura, a autora, enlaça uma narrativa etnográfica que, a princípio, se aproxima das clássicas etnografias: a entrada do antropólogo em campo, os rituais de iniciação e as limitações (sentir-se deslocada). Nesse sentido, os cinco capítulos do livro leva-nos pelos trajetos (etnográficos) construídos pela pesquisadora durante sua estadia na Esquadra 24^a de Campo de Ourique em Lisboa. Um trajeto que se inicia com uma reflexão sobre *uma Esquadra é...*, desloca-se para pensar *As ruas dos agentes*, abastece-se nas *Histórias de polícias*, dimensionam as *Violências privadas, direitos públicos* e finaliza chamando a atenção para *Esquadra, entre passado e futuro*.

Uma Esquadra é... capítulo inaugural do livro, capitaneia um conjunto de elementos etnográficos que permitem o leitor compreender o papel e o funcionamento de uma esquadra de polícia portuguesa. Emergem, no primeiro momento, dados sócio históricos sobre o surgimento desse tipo de unidade de policiamento de Portugal, a mais conhecida, suas configurações no tempo histórico daquela sociedade, suas estruturas nos bairros centrais e periféricos de Lisboa. Destacam-se aí os rituais de constituição identitária da Polícia de Segurança Pública orientados, agora, em democracia, por uma política de diminuição da média etária dos policiais operacionais. “Nesta esquadra, de Campo de Ourique, era de 28 anos” (17). Ainda nesse momento inicial, a autora promove um retrato antropológico da esquadra, ao narrar sua primeira visita, marcada pela incipiência de contatos com os agentes, que gerou, de baque, um sentir-se deslocada. Os rituais de ganhar confiança são delimitados pelos espaços que a antropóloga pode circular na esquadra, salienta a autora.

O segundo passo da autora, após se inserir na dinâmica de funcionamento da esquadra, foi mapear os bastidores do trabalho policial na unidade. Aqui, sobressaem alguns dados nacionais sobre a Polícia de Segurança Pública e sobre os sindicatos e as associações de policiais. A autora chama a atenção para o quantitativo de policiais da PSP, que beira os 22.500 e o nível de adesão aos sindicatos e às associações da categoria, que se aproxima de 80%. Os espaços da esquadra ganham, aqui, um olhar etnográfico, fundamental para compreender o trabalho e a dinâmica na unidade. Então, o espaço de passagem metamorfoseia em local conversa, potencializado, quiçá, pela ausência de uma sala para os agentes se acomodarem durante o tempo que estão na instituição. O caráter simbólico dos espaços aparece quando a autora ressalta que o espaço nobre da esquadra é a sala do chefe.

O retrato da composição policial da esquadra segue os caminhos etnográficos da autora, não se enquadrando em tipologias herméticas. Mas o sistema de hierarquia segue uma cadeia de comando que tem no topo o chefe da esquadra, abaixo seu adjunto (a), depois o graduado de serviço e, por último, na base, os agentes. Na esquadra de Campo de Ourique, essa composição é formada por 57 pessoas. Os agentes trabalham em turnos de 6 horas. Por fim, a esquadra, genericamente, corresponde a uma unidade de polícia preventiva,

assentada num policiamento territorializado, composto por grupos de policiais (geralmente cinco) e por um grupo de policiamento de proximidade.

O capítulo é finalizado pelos meios. Destacam-se aqui os equipamentos que compõem a unidade de policiamento: as três viaturas e as duas motos. A autora ressalta que a distribuição dos registros de ocorrência não é homogênea nos quatro turnos de funcionamento da esquadra, uma vez que tarde e noite aumentam e madrugada e manhã diminuem.

As ruas dos agentes nomeia o segundo capítulo do livro. Uma alusão verdadeira ao fazer policial, essa parte do texto, convoca o leitor a deambular-se nas ruas com os agentes, pois, “a rua é dos polícias” (39). Elas são, “por excelência, o grande palco das sucessivas cenas e dramas, enfim, *lôcus* das diversas representações da sociedade”, nos dizeres de Cabral (2005, p.01). É na rua que o agente (ou a antropóloga) passa pelo ritual de incorporação à esquadra, ponto de ebulição das sociabilidades policiais.

Nesse segundo capítulo, a autora evidencia os rituais de socialização dos agentes a partir de suas andanças em seus patrulhamentos a pé ou na viatura pela circunvizinhança da esquadra. As deambulações feitas pela pesquisadora acompanhada dos agentes passam, aqui, pelo crivo antropológico, que realça as imprevisibilidades do trabalho policial. Seja na construção de valores de solidariedade ou de suspeição, seja no acúmulo de bons serviços prestados (base da construção identitária dos agentes), a rua é, por excelência, o lugar dos agentes da PSP.

A autora finaliza o capítulo narrando um processo de institucionalizar pessoas. O fio conduto é uma etnografia de uma ordem de despejo de uma família (mãe e filha) em que a antropóloga participa. Em resumo, ocorre um processo de alienação da família em vista de que em alguns casos “a polícia pode fazer o uso legítimo do dispositivo de internamento compulsivo” (55). O que a narrativa etnográfica disponibiliza é o fato de que a institucionalização da família provoca na antropóloga um desinstitucionalizar as emoções e as afetações, pois “as situações assistenciais são aquelas que mais escondem e carregam o perigo, esse mesmo que experimentei, o sufoco provocado pelos eventos críticos do cotidiano” (62).

Em *histórias de polícias*, capítulo terceiro do livro, a autora concentra atenção em narrar as histórias de vidas dos agentes, tendo como pano de fundo um encontro num restaurante frequentado pelos comandantes regularmente e pelos agentes em dias de festa. Sobre os agentes, a autora salienta aspectos singulares de seu trabalho na polícia, como, por exemplo, a tática de concentrar maior tempo permitido de trabalho para poder ir para suas terras natais, uma vez que a maioria dos agentes é oriunda de outras regiões do país. Como diz a autora, “depois de conhecer a biografia da maioria dos agentes, passei a pensar na polícia como parte da história de desertificação interior do país” (77). Uma evidência etnográfica que reverbera a partir dessa prática é o uso de uma caderneta de bolso, espécie de agenda de polícia, que parece tão importante como a arma para os agentes, visto que é onde anotam as escalas fixas de serviços e as trocas.

Merece destaque também a descrição que a autora faz sobre os piquetes. Tipo de policiamento com ar ostensivo que se organiza em seções que se revezam igualmente aos grupos de esquadras. São formados por 8 a 10 agentes em turnos de 12 à 24h. Por não ser unidade de atendimento como as esquadras, os agentes do piquete completam o expediente nas esquadras da divisão.

As histórias de polícias são contadas pelos agentes que, aqui neste capítulo, são biografadas no sentido de produzir um panorama mais completo sobre a realidade daqueles que fazem o trabalho de ponta na esquadra. A partir disso, emerge no texto uma espécie de tipologia dos agentes, fundamental para compreender os inúmeros papéis construídos ao longo da carreira destes policiais. Tem-se os agentes baldas, aqueles que apenas “querem fazer suas seis horas de turno e nada mais” (70); os agentes malucos, que tem na operacionalidade do trabalho a honra à farda, conhecidos por serem destemidos e temperamentais; os agentes duros ou cromos são as figuras ridicularizadas nas esquadras, por sua inaptidão à vida de agente; há uma nova geração de agentes, os certinhos ou doutores, com formação superior. Por fim, merece destaque as agentes femininas, em minoria nas esquadras, mas aceitas no trabalho cotidiano de policiamento por seus “interesses nos problemas dos cidadãos” (80).

Em *violências privadas, direitos públicos*, quarto capítulo, Durão, direciona o olhar para a violência doméstica em seu país, sem eximir o papel das esquadras

de polícia na prevenção de tal crime público. A autora descarrega nessa parte do texto, um apanhado de dados sobre a violência doméstica. Ela foi, por exemplo, o delito mais registrado em Portugal no ano de 2010 e a 3ª tipologia mais classificada em 2013, com uma média mensal de 2276 casos, efetivando 75 por dia e três por hora. Ressalta ainda que 71% dos casos de violência doméstica em Portugal são reportados no próprio dia em que ocorreram ou no dia seguinte. As ocorrências acontecem em maior intensidade entre as 19h às 21h, quando os agentes são chamados para mediá-las.

Outra importante questão pautada pela a autora é a homologação do estatuto de vítima. A saga de tornar a violência doméstica um crime público começa no ano de 2000 com a reconstrução do conteúdo do artigo 152º do código penal, com a lei n.º 7/2000 que prever, dentre algumas alterações, “pena acessória de proibição de contato com a vítima, obrigação de afastamento de residência” (98). Em 2007, a lei de n.º 59/2007 separa o crime de violência doméstica do crime de maus tratos. Por fim, em 2009 é homologado o Estatuto de Vítima, com uma legislação que prever indenização às vítimas de crimes violentos, proteção e assistência médica, psicológica e jurídica. Por fim, Durão realça a distopia que sofreram as esquadras por não “acompanharem de forma ativa as imposições legais pelo menos no prisma organizacional” demandas pelo referido estatuto. Diz ainda sobre dificuldades na prisão por violência doméstica: “a forma mais comum de chegar a deter provisoriamente um agressor em ambiente conjugal é quando o próprio agente é agredido” (104), isto é, necessita deslocar a situação de vitimização da mulher para os agentes.

Em seu quinto e último capítulo, *esquadra, entre passado e futuro*, a antropóloga ensaia uma linha do tempo, conjugando o passado e o futuro, simbioticamente, da instituição esquadra. O marco inaugural da Polícia de Segurança Pública, com seu regulamento de 1961, algumas vezes reformulados em vista dos tempos democráticos em Portugal, ganha uma vigilância epistêmica quando levado ao confronto com o novo paradigma do policiamento contemporâneo, o de proximidade. Diz a autora: “hoje, em Portugal, modernidade confunde-se com proximidade e proximidade confunde-se com policiamento de esquadra de bairro” (109).

Chama a atenção para o papel das esquadras nesse novo contexto em que o paradoxo do trabalho policial é constantemente ativado, ao demandar ações policiais que privilegie o conhecimento e a inserção na vida das comunidades e, por outro, a política de ações ostensivas frente às ameaças terroristas que rondam os países da Europa, como Portugal. Em vista dessa dualidade, a autora toma posicionamento ao salientar que o policiamento de proximidade “aliado à requalificação das esquadras locais veio ocupar um espaço que estava vago na sociedade portuguesa”, pois é “um policiamento mais sensível às necessidades imediatas dos urbanistas” (110).

Por fim, Durão destaca duas questões sobre as esquadras que provocam reflexões sobre a gestão da política da polícia em Portugal: a diminuição das esquadras e o contingente de policiais no país. Em 2004, segundo a autora, havia 300 esquadras em Lisboa, mas nos últimos anos esse número diminuiu para 200 unidades. Por outro lado, em Portugal há 440 policiais para cada 100 mil habitantes, colocando o país em terceiro lugar entre 15 países da União Europeia, atrás apenas de Itália e Espanha.

Durão finaliza seu texto com uma indagação importante que serve-nos como ponto de reflexão: “na verdade, o policiamento é um assunto demasiado sério para ser deixado apenas nas mãos dos policiais, dos burocratas e do Estado”. Deve ser visto e revisto, pensado e repensado incessantemente, pelos olhares vigilantes das Ciências Sociais, seja por uma antropologia ou uma sociologia da polícia, seja pelos estudos com vieses interdisciplinares. O fundamental é ficar atentos.

Referências

CABRAL, Luciana. A rua no imaginário social. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona:** Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (60). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-60.htm>> [ISSN: 1138-9788]

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de campo** n. 13, 155-161, 2005.

GUBER, Rosana. **La etnografía, método, campo y reflexividad**/Rosana Guber.- Bogotá: Grupo Editorial, Norma, 2001

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O trabalho do antropólogo**. 2.ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000

REINER, Robert. **A política da polícia**. São Paulo: EDUSP, 2004

ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006

SILVA, Marcos. **A inversão da ordem na vida policial**: sociabilidade prisional e práticas ilegais. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2015.

Recebido: 13-02-2017

Aceito: 25-04-2017